

10 mortos em mais um ataque armado no Centro de Moçambique

Pelo menos dez pessoas terão morrido carbonizadas, e nove ficaram feridas, nesta terça-feira (24) na região de Mutindiri 2, no Distrito de Chibabava, na Província de Sofala quando o autocarro de passageiros onde viajavam foi atacado por homens armados desconhecidos.

Texto: Redacção

“Bateram pneus da frente, eu não consegui andar com o autocarro entrei no mato. Alguns (passageiros) morreram dentro do autocarro porque eles estavam a atirar mesmo para matar, só sei que nove foram atendidos no hospital de Muxúnguê então acho que os restantes ficaram no autocarro, porque depois de terem batido (com tiros) eles incendiaram o autocarro e é bem possível que ficaram carbonizados lá dentro”, relatou à STV o motorista do autocarro onde viajavam 23 pessoas quando foi atacado cerca das 6 horas na Estrada Nacional nº 1 no Centro de Moçambique.

O Administrador do Distrito de Chibabava, Luís Nhazonzo, confirmou à Agência Lusa o ataque e revelou que outras duas viaturas também foram atacadas a tiros e incendiadas na mesma região de Moçambique onde se registam ataques armados desde que em Agosto um grupo de guerrilheiros dissidentes do partido Renamo começaram a exigir a demissão do presidente da maior formação política de oposição, Ossufo Momade, e novas negociações com o Governo. Há registo de pelo menos 21 mortos desde então.

Mariano Nhongo, líder dos dissidentes que criaram uma Junta Militar da Renamo, ameaçou publicamente atacar e incendiar viaturas que passarem pelo Centro de Moçambique caso Filipe Nyusi tome posse para um 2º mandato como Presidente da República.

Este novo ataque acontece um dia depois do Conselho Constitucional ter proclamado a reeleição de Nyusi e do partido Frelimo nas Eleições Gerais e Provinciais de 15 de Outubro.

Conselho Constitucional questiona “Final, onde residem os problemas dos nossos processos eleitorais”



Perante as garantias de transparência que existem em todo o processo eleitoral em Moçambique, desde partidarização de todos órgãos eleitorais do topo à base até observação eleitoral, que este ano foi realizada por 42.919 observadores nacionais e estrangeiros, o Conselho Constitucional (CC) não entende porque é que “há ainda quem afirme que os nossos processos eleitorais enfermam de problemas” e questionou “onde residem os problemas dos nossos processos eleitorais”.

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 02](#)

Gerais 2019: EUA reconhecem vitória de Filipe Nyusi e do partido Frelimo

Principal financiador do sector de Saúde e com grandes interesses no gás natural da Bacia do Rovuma os Estados Unidos da América (EUA) reconheceram nesta segunda-feira (23) a vitória de Filipe Nyusi e do partido Frelimo nas Eleições Gerais de 15 de Outubro e perspectivam que “Os próximos cinco anos prometem ser um período de transformação para Moçambique”.

Texto: Redacção

“Os Estados Unidos felicitam o povo de Moçambique pela participação nas eleições gerais ocorridas no dia 15 de Outubro de 2019, e reconhecem os resultados que foram certificados pelo Conselho Constitucional no dia 23 de Dezembro de 2019”, pode-se ler num comunicado do Departamento do Estado norte-americano

No documento tornado público poucas horas após a juíza Lúcia Ribeiro proclamar a vitória de Nyusi e do partido Frelimo, apesar de “irregularidades verificadas no decurso do processo eleitoral”, a Administração de Donald Trump afirma: “Ansiamos em fortalecer a nossa rela-

ção bilateral de longa data através do trabalho com o Presidente Filipe Jacinto Nyusi à medida que ele inicia o seu novo mandato no governo, e com o povo de Moçambique com vista à estabilidade, ao desenvolvimento económico e ao aumento da prosperidade”.

O Governo norte-americanos assinalou ter notado “que os partidos de oposição, os grupos da sociedade civil e os observadores eleitorais apresentaram alegações credíveis significantes de fraudes eleitorais e intimidações” no entanto apenas insta “as autoridades Moçambicanas a abordarem plenamente as sérias preocupações

levantadas pelas missões de observação a fim de reforçarem o respeito ao primado do direito e à boa governação”.

Principal financiador do sector da Saúde, impulsionador da implantação de uma Agricultura comercial com uso de organismos geneticamente modificados e com grandes interesses governamentais e privados no gás natural existente na Bacia do Rovuma os EUA auguram que: “Os próximos cinco anos prometem ser um período de transformação para Moçambique. O desafio que agora se apresenta é garantir que essa transformação beneficie a todos os Moçambicanos”.



RECIFE
A verdade em cada palavra.

Publicidade

Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais
DIGITA *898#
É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 01 - Conselho Constitucional questiona "Afimal, onde residem os problemas dos nossos processos eleitorais"

O presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Abdul Carimo Sau, deixou o julgamento sobre a "liberdade, da justiça e da transparência" das Eleições Gerais e Provinciais do passado dia 15 de Outubro para o Conselho Constitucional.

Lúcia Ribeiro, e os restantes seis juizes do CC, não responderam ao repto contudo fizeram questão de recordar, na passada segunda-feira (23), as garantias de "transparência e segurança" que as reformas realizadas à legislação eleitoral, desde a de 1999, tem conferido às Eleições em Moçambique.

No Acórdão de Validação e Proclamação de mais uma vitória do partido Frelimo e da reeleição de Filipe Nyusi o CC lembrou que a transparência inicia com a partidarição da CNE e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral do topo à base, para o pleito deste ano os partidos políticos com assento parlamentar "indicaram todos os membros a que têm direito nos órgãos eleitorais, sendo 2.077 (dois mil setenta e sete) da Frelimo, 1.392 (mil trezentos e noventa e dois), da Renamo e 692 (seiscentos noventa e dois) do MDM".

Além disso todos os concorrentes às eleições podem indicar delegados de candidatura para funcionarem junto das mesas das assembleias de voto, mandatários de candidatura para os níveis de apuramento distrital e provincial e mandatário nacional para o apuramento central.

Para as 6ª Eleições Gerais e 3ª Provinciais o partido Frelimo indicou 39.892 delegados, o partido Renamo 31.260, o

MDM 22.256, o partido AMUSI 7.103, o PODEMOS 977, a Nova Democracia 900 e o PJDM 259 levando o CC a constatar "que, dos 27 (vinte e sete) partidos políticos e coligações de partidos políticos concorrentes às eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais de 15 de Outubro, somente a Frelimo, a Renamo e o MDM indicaram delegados de candidatura em todas as províncias. A Província de Nampula constitui uma excepção à regra, visto que os partidos Frelimo, Renamo, MDM e AMUSI indicaram todos igual número de delegados de candidatura 7.043 (sete mil quarenta e três)".

Província	Frelimo	Renamo	MDM	PODEMOS	PJDM	ND	AMUSI	Total
Niassa	2.401	2.044	1.443					5.888
Cabo Delgado	3.018	2.693	1.767					7.478
Nampula	7.043	7.043	7.043				7.043	28.172
Zambézia	6.410	5.844	3.084	738				16.076
Tete	3.749	3.186	754			22		7.711
Manica	2.422	2.282	761					5.465
Sofala	3.052	2.939	2.841					8.832
Inhambane	2.360	790	1.541		182			4.873
Gaza	3.721	838	374		17	386		5.336
Maputo Província	3.526	2.204	1.699	149	60	335		7.973
Maputo Cidade	2.190	1.397	949	90		157	60	4.843
TOTAL	39.892	31.260	22.256	977	259	900	7.103	102.647

Gerais de 2019 tiveram 42.919 observadores nacionais e estrangeiros e 3.263 jornalistas

"Destes factos, o Conselho Constitucional forma a convicção de que, sendo livre a indicação dos delegados de candidatura pelos concorrentes e partidos políticos, cada partido optou por designar delegados para os locais ou círculos eleitorais que considerou preponderantes. A falta de indicação dos delegados de candidatura pelos partidos políticos, apesar de ser livre, pode

comprometer qualquer possibilidade de apresentação de recursos eleitorais assentes em provas concretas sobre o processo de apuramento dos resultados, pois se o partido não designou delegados às mesas de votação não terá elementos necessários e decisivos para sustentar qualquer tipo de recurso jurisdicional, quer ao nível dos distritos, quer ao nível do Conselho Constitucional", asseverou a juíza Lúcia Ribeiro durante a proclamação dos vencedores das eleições de 15 de Outubro.

O CC recordou também que a transparência foi garantida

através da observação eleitoral que este ano registou o recorde de 42.919 observadores nacionais e estrangeiros, comparativamente aos 3.637 de 2014. "Dos 3.530 (três mil e quinhentos e trinta) observadores nacionais nas eleições presidenciais, legislativas e das assembleias provinciais de 2014 evoluiu-se para 42.382 (quarenta dois mil e trezentos oitenta e dois) observadores nacionais e dos 107 (cento e sete) observadores internacionais em 2014, o crescendo em 2019, é de 537 (quinhentos e trinta e sete)".

N.º	Província	Observadores		
		Nacionais	Estrangeiros	Cortesia
01	Niassa	1.099		
02	Cabo Delgado	1.760		
03	Nampula	9.924		
04	Zambézia	19.497		
05	Tete	1.036		
06	Manica	2.443		
07	Sofala	2.315		
08	Inhambane	623		
09	Gaza	968		
10	Maputo Província	719		
11	Maputo Cidade	1.081		
12	CNE	437		
13	STAE Central	480	520	17
	Total	42.382	520	17

O Constitucional salientou ainda a transparência eleitoral garantida através da comunicação social que registou "em todo o território nacional 3.263 jornalistas, sendo 3.160 nacionais e 103 estrangeiros. Comparativamente, nas eleições gerais de 2014 participaram apenas 575 jornalistas nacionais e 31 estrangeiros".

sidem os problemas dos nossos processos eleitorais. No seu quadro jurídico-constitucional? Na organização? Na administração e gestão das eleições? Nos mecanismos de administração da justiça eleitoral? No grau de preparação dos eleitores? No grau de preparação dos partidos políticos? No grau de preparação



"Perante este conjunto de garantias atrás descritas com vista à transparência do processo eleitoral, há ainda quem afirme que os nossos processos eleitorais enfermam de problemas. Afinal, onde re-

dos candidatos? Ou, conjuntamente, em todos estes elementos do sistema?", questionaram os juizes do Conselho Constitucional que sugeriram "Impõe-se, pois, uma reflexão sobre estes aspectos".

Gerais 2019: Conselho Constitucional admite "irregularidades" mas que "não influenciaram" a vitória de Nyusi e do partido Frelimo

A juíza Lúcia Ribeiro afirmou nesta segunda-feira (23) que "o Conselho Constitucional considera que as irregularidades verificadas no decurso do processo eleitoral não influenciaram substancialmente os resultados das Eleições Gerais (Presidenciais e Legislativas) e das Assembleias Provinciais realizadas em 15 de Outubro de 2019" e proclamou Filipe Nyusi como Presidente de Moçambique e o seu partido Frelimo como vencedor das 6ªs Legislativas e 3ªs Provinciais.

Texto: Adérito Caldeira

A presidente do mais alto órgão de justiça eleitoral no nosso país validou "os resultados das Eleições Presidenciais de 15 de Outubro de 2019 e proclama eleito Presidente da República de Moçambique o cidadão Filipe Jacinto Nyusi".

Lúcia Ribeiro validou ainda os resultados das Eleições Legislativas de 15 de Outubro de 2019 e proclama eleitos Deputados da Assembleia da República os cidadãos das listas dos partidos Frelimo, MDM e Renamo".

Num evento público que não contou com a presença de nenhum representante do partido Renamo e do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique o Conselho Constitucional validou também "os resultados das Eleições das Assembleias Provinciais de 15 de Outubro de 2019" tendo proclamado eleitos os Governadores Elina Judite da Rosa Victor Maseengele para a Província do Niassa, Valige Tauabo para Cabo Delgado, Manuel Rodrigues Alberto para



Nampula, Pio Augusto Matos para Zambézia, Domingos Juliassé Viola para Tete, Francisca Domingos Tomás para Manica, Lourenço Ferreira Bulha para Sofala, Daniel Francisco Chapo para Inhambane, Margarida Sebastião Mapanzene Chongo para Gaza e Júlio José Parruque para a Província de Maputo.

Finalmente introduzidas penas não privativas de liberdade em Moçambique

Cinco anos após a aprovação do primeiro Código Penal pós independência vai finalmente entrar em vigor o Código de Execução de Pena e Medida Criminal que dentre várias inovações introduz as penas não privativas de liberdade em Moçambique o que poderá diminuir a superlotação das penitenciárias onde cerca de 30 mil reclusos ocupam espaços dimensionados para menos de 10 mil cidadãos.

Texto: Adérito Caldeira

Com a promulgação do Presidente da República, na passada segunda-feira (16), e a publicação em Boletim da República no início de 2020 entrará em vigor o Código de Execução de Pena e Medida Criminal que, dentre imensas medidas, preconiza que os reclusos condenados a penas inferiores a um ano ou a penas superiores mas que tenham cumprido um sexto da pena sejam colocados em "regime aberto no interior.

O regime aberto no interior caracteriza-se pelo "desenvolvimento de actividades no perímetro do estabelecimento pe-

nitenciário ou imediações, com vigilância atenuada".

Condenados que tenham cumprido um quarto da sua pena podem ser colocados em regime aberto no exterior, "que se caracteriza pelo desenvolvimento de actividades de ensino, formação profissional, trabalho ou programas em meio livre, sem vigilância directa".

O Código de Execução de Pena e Medida Criminal definiu ainda as normas para a execução de penas não privativas de liberdade como a prestação de trabalho socialmente

Gerais 2019: “Vamos então beber cerveja”, Nyusi após ser reeleito Presidente de Moçambique

Após assistir na escola central do seu partido a proclamação da sua reeleição com 73 por cento dos 6.679.008 votos válidamente depositados no passado dia 15 de Outubro o candidato do partido Frelimo, que aumentou para 184 o número de deputados na Assembleia da República, declarou que “significa que temos de compensar o reconhecimento que este povo faz para connosco”, Filipe Nyusi incentivou aos seus “camaradas”, em pleno dia normal de expediente, “vamos então beber cerveja”.

Texto: Adérito Caldeira

Nyusi, que conteve alguma euforia até o Conselho Constitucional proclamar nesta segunda-feira (23) a sua reeleição, começou o seu discurso declarando que: “Esta vitória é uma responsabilização que o povo faz a nós (Frelimo), estamos-nos a endividar com o povo, significa que temos de compensar o reconhecimento que este povo faz para connosco. Sempre o fizemos mas cada vez mais o povo moçambicano é exigente”.

“Felicitos os órgãos que trabalharam para estas eleições, a partir do processo de recenseamento, processo de pré-campanha, a própria campanha, na eleição e até a validação que nós tivemos porque como muita perfeição, melhoria e calma, não se emocionaram, garantiram para que este processo terminasse desta forma”, disse o presidente do partido Frelimo.

Filipe Nyusi recordou algumas das principais promessas da sua campanha e assinalou que “não podemos continuar a viver num país com problemas de guerra, de descontentamento, de mortes”, em alusão aos conflitos armados na Província de Cabo Delgado e também nas províncias de Manica e Sofala.

“Ainda esta manhã falei como o presidente da Renamo, Ossufo Momade, até foi por iniciativa dele, simplesmente para vermos essa situação do Centro do país”,



revelou o Chefe de Estado reeleito para um 2º mandato deixando claro que “nós não queremos fazer guerra com ninguém, mas também as populações não podem continuar a morrer como galinhas, como animais, não podem”.

Com cânticos e muitos hoes Nyusi reiterou que o seu “compromisso é com o trabalho, não há mais nada, aquele que quer perturbar o meu trabalho não vou permitir, vou trabalhar, vai ser só trabalho, trabalho, trabalho”, contudo, em pleno dia de trabalho e durante um horário de expediente, o presidente do

partido Frelimo e de Moçambique incentivou os seus correlegionários “vamos então beber cerveja”.

Recorde-se que a cerveja, seja da cervejeira há mais tempo estabelecida assim como da recentemente instalada em Moçambique, foi dos poucos produtos cujo preço quase não sofreu agravamentos desde 2015 e nem mesmo o impacto da alta de inflação de 2016, aliás através de diversas promoções é possível beber álcool no nosso país a um preço mais barato do que o quilo de qualquer alimento básico.

Conselho Constitucional sugere revisão da Constituição para proclamação dos vencedores logo após eleição

O Conselho Constitucional (CC) manifestou a sua discordância com os prazos que lhe são impostos pela Constituição da República no que diz respeito a proclamação dos vencedores das Eleições Gerais e sugeriu a sua revisão “por forma a que a validação do processo eleitoral tenha lugar logo que se achar concluída a sua apreciação”.

Texto: Adérito Caldeira

Decorreram 69 dias desde que os moçambicanos foram votar nas 6ªs Eleições Gerais até a proclamação oficial dos vencedores na passada segunda-feira (23). Tendo menos de duas dezenas de recursos eleitorais para analisar o CC poderia ter proclamado os vencedores do pleito de 15 de Outubro antes da terceira quinzena de Novembro no entanto o número 2 do artigo 184 da Constituição da República dita a “realização da primeira sessão da Assembleia da República até vinte dias após a validação e proclamação dos resultados eleitorais”.

Lúcia Ribeiro, e os restantes seis juizes do Conselho Constitucional, justificaram que a demora na validação e proclamação dos resultados eleitorais deveu-se a “necessidade de se respeitar o mandato da legislatura, as datas da



validação e da proclamação dos resultados eleitorais por parte deste Órgão”.

“Perante esta situação, o Conselho Constitucional sugere que numa eventual revisão constitucional se proceda à remoção da referida norma, por forma a que a validação do processo eleitoral tenha lugar logo que se achar concluída a sua apreciação”, pediram os juizes do mais alto órgão eleitoral em Moçambique.

Os juizes do CC manifestaram ainda a sua preocupação “quanto ao quadro jurídico-positivo que regula o processo eleitoral, o qual se contém em diplomas legais dispersos, é sintomático a sua constante revisão, sobretudo depois de marcada a data das eleições, facto que tem trazido constrangimentos para o seu domínio e estabilidade que facilmente seriam alcançáveis com a sua codificação”.

Gerais 2019: “Renamo vai convocar manifestações à escala nacional” para contestar resultados

Foto de Adérito Caldeira/Incapaz de apresentar uma única prova das inúmeras irregularidades e alegações de fraude que denunciou o maior partido de oposição em Moçambique reiterou na tarde desta segunda-feira (23) “que não concorda com os resultados das Eleições proclamados e validados pelo Conselho Constitucional. A Renamo vai convocar manifestações à escala nacional”.

Texto: Adérito Caldeira



Após interagir com Chefe de Estado moçambicano reeleito para um 2º mandato Ossufo Momade convocou a Comissão Política Nacional que em Maputo concluiu que: “O Acórdão (do Conselho Constitucional que valida a vitória de Filipe Nyusi e do partido Frelimo) de hoje deita abaixo todo o esforço que vem sendo feito para construir o edifício da democracia em Moçambique, a Renamo não tem outra saída senão ficar do lado do povo”.

“A Renamo reitera que não concorda com os resultados das Eleições proclamados e validados pelo Conselho Constitucional. A Renamo vai convocar manifestações à escala nacional, nos termos da Constituição da República e das leis vigentes em Moçambique, para repudiar as eleições e repor a verdade democrática”, declarou a jornalista e porta-voz da Comissão Política, Alfredo Magumisse.

Magumisse recusou-se a esclarecer se os 60 deputados do partido eleitos para a Assembleia da República assim como os 156 sufragados para as Assembleias Provinciais vão tomar posse. Questionado se Ossufo Momade vai retirar alguma consequência política da derrota a que conduziu o partido, quicá submetendo-se a um novo escrutínio interno o porta-voz da Comissão Política da Renamo disse: “isso não é matéria de discussão hoje”.

A verdade é que o novo líder da “perdiz” não conseguiu sequer garantir a reeleição dos 22 deputados que o partido tinha na província de onde é originário, elegeu apenas 16, e na Assembleia Provincial de Nampula perdeu os 46 mandatos que tinha, ficando com 31 deputados.

Relativamente as aludidas “manifestações à escala nacional” Alfredo Magumisse não soube precisar se vão acontecer antes da posse dos deputados e do Presidente da República, marcadas para 13 e 15 de Janeiro, respectivamente.

→ continuação Pag. 02 - Finalmente introduzidas penas não privativas de liberdade em Moçambique

útil que consiste na prestação gratuita de uma actividade, serviço ou tarefa à comunidade, aos sectores produtivos do serviço penitenciário ou ainda a entidades públicas e privadas que prossigam fins de interesse público ou comunitário.

Foram ainda estabelecidos no Código de Execução de Pena e Medida Criminal os critérios para a saída precária de estabelecimentos penitenciários tais como saídas de curta duração para manter e promover laços familiares e sociais, saídas para realização de actividades, saídas especiais por motivos de particular significado humano ou para a resolução de situações urgentes e inadiáveis e ainda saídas de preparação para a liberdade.

Dados de 2018 indicam que em todas penitenciárias existentes em Moçambique estavam detidos 28.845 reclusos embora a capacidade seja de apenas 9.188 prisioneiros.

“Natal solidário” proporciona festas felizes no Hospital Psiquiátrico do Infulene

No âmbito da celebração do Dia da Família e do Natal, a empresa Moçambique Telecom (Tmcel) ofereceu, na sexta-feira, 20 de Dezembro, diversos produtos alimentares não perecíveis ao Hospital Psiquiátrico do Infulene, numa acção que tem como objectivo proporcionar festas felizes aos doentes internados.

A iniciativa, denominada “Natal Solidário”, insere-se nas actividades de responsabilidade social corporativa da empresa, que, há cinco anos, leva àquela unidade hospitalar alegria aos pacientes, num gesto de demonstração de carinho e solidariedade.

Os produtos, de acordo com Felícia Nhama, responsável pela URSCC-Unidade de Responsabilidade Social e Comunicação Corporativa da Tmcel, resultam da contribuição do Conselho de Administração e colaboradores da empresa, que com o gesto pretendem tornar a época natalícia mais inclusiva.

“Já é tradição da empresa proporcionar sorrisos e momentos de alegria aos pacientes do Hospital Psiquiátrico do Infulene. Já nos sentimos parte desta família, por isso quando chega esta época (do Natal) sempre nos lembramos desta

casa”, sublinhou Felícia Nhama.

Durante este período, e não só, acrescentou a responsável pela URSCC, a sociedade deve preocupar-se em partilhar amor, alegria, esperança e paz, pois se trata de uma época familiar. “É importante que seja um período mais inclusivo. Todas as pessoas têm o direito de ter um Natal feliz”.

Na ocasião, a médica psiquiatra e directora do Hospital Psiquiátrico do Infulene, Serena Chachuaio, louvou o gesto da Tmcel, que, conforme explicou, vai ajudar a instituição a proporcionar festas condignas aos pacientes.

“Temos, neste hospital, um grupo de cerca de 50 pacientes que consideramos residentes. São os que, por algum motivo social, não estão no seio das suas famílias. Com este apoio (da Tmcel) vão poder

festear e já sabem que, uma vez por ano, há uma época que se chama Natal e que têm uma festa”, disse a directora.

Com uma capacidade instalada para 370 camas, o Hospital Psiquiátrico do Infulene é de nível quaternário e presta assistência em regime de internamento e ambulatório, contando, para o efeito, com uma equipa multidisciplinar composta por médicos psiquiatras, psicólogos clínicos, terapeutas ocupacionais e enfermeiros.

É uma unidade sanitária especializada no tratamento de pacientes com quadros de doenças mentais e com problemas de toxicodependência. Para além da prevenção, tratamento, reabilitação e reintegração social dos doentes, o hospital realiza consultas externas de todos os quadros de psiquiatria, para além de medicina geral e pediatria.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Fátima Gravata lança livro de poesia “As 48 Horas do Dia”

A escritora Fátima Gravata lançou, na quinta-feira, 19 de Dezembro, em Maputo, um livro de poesia intitulado “As 48 Horas do Dia”, um volume de poemas profundos e contagiantes que perfazem uma sequência narrativa, numa longa reflexão sobre a vida.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Composta por 80 páginas, a obra “As 48 Horas do Dia” é uma colectânea de vários textos poéticos que trazem revelações e dedicatórias em jeito de poesia para as pessoas que fazem parte do universo de convivência da escritora, nomeadamente filhos, familiares e demais amigos.

Sobre esta produção literária, que conta com o apoio da Moçambique Telecom (Tmcel) e da Secret Supply, Fátima Gravata referiu que ela retrata a vivência e o aprendizado das pessoas na vida, desde a tenra idade até à idade adulta: “Descreve o que um ser humano evidencia quando cresce e os passos que pode dar nos sentidos negativo e positivo”, indicou.

Este é o primeiro livro de vários outros que a escritora se propõe a escrever a médio prazo: “Para além de poesia, tenciono ainda escrever sobre Roaming e Interligação, pois são áreas vastas, cuja formação, no País, não existe, sendo que no estrangeiro a formação é bastante dispendiosa. Penso ter chegado o momento oportuno para eu deixar um legado sobre o trabalho que tenho vindo a desenvolver há mais de 20 anos”, frisou.

O apoio da Tmcel à obra da Fátima Gravata enquadra-se, segundo Mário Albino, administrador para a Área de Administração e Finanças, no âmbito do compromisso da operadora para com o desenvolvimento da cultura moçambicana, prosseguindo com o legado das duas empresas de telecomunicações que deram origem à Tmcel, nomeadamente a Moçambique Celular (mcel) e a TDM-Telecomunicações de Moçambique.

“Esta cerimónia reveste-se de particular importância, para nós, porque acontece num espaço cultural da Tmcel, que está a acolher o seu segundo evento, após ter abraçado a exposição do renomado artista plástico moçambicano PMourana, sob o tema Eterno Recomeço - 40 anos de peregrinação artística”, destacou o administrador.

Fátima Gravata nasceu em Maputo e é formada em Electrónica de Rádio e Televisão. Licenciada nas áreas de Psicologia de Trabalho e Organizações, Planificação, Administração e Gestão de Educação, Psicologia Clínica e de Aconselhamento, é também mestrada em Gestão de Empresas.

Juízes doam sangue para salvar vidas

Membros da Associação Moçambicana de Juízes (AMJ) participaram, na segunda-feira, 23 de Dezembro, numa campanha de doação de sangue, promovida em todo o País com vista a minimizar a falta deste líquido precioso nas unidades sanitárias, principalmente neste período festivo, caracterizado por acidentes de viação.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Na capital do País, a campanha decorreu no Banco de Sangue do Hospital Central de Maputo (HCM), aonde acorrem dezenas de magistrados para darem um pouco do seu sangue e, por via disso, ajudam a salvar vidas.

A propósito, o presidente da AMJ, Carlos Mondlane, explicou que o acto, que acontece pela primeira vez, resulta da parceria existente entre a agremiação e o HCM, embora a campanha tenha sido extensiva a todo o País.

“Anualmente, participamos no Natal do Doente, um evento organizado pelo Hospital Central de Maputo, e oferecemos pequenos presentes aos doentes aqui internados. Este ano, decidimos promover uma campanha de doação de sangue um pouco por todo o País pois estamos num período de muita demanda”, disse Carlos Mondlane.

Na ocasião, o presidente da AMJ considerou que, dada a natureza do seu trabalho, os magistrados devem ter algum comprometimento para com as comunidades, ajudando-as naquilo que puderem.

“A solidariedade é uma das áreas de actuação da Associação Moçambicana de Juízes, e nesta altura crítica, em que o Sistema Nacional de Saúde precisa de sangue, viemos aqui mostrar que somos humanos e, acima de tudo, solidários. Poucos miligramas de sangue podem salvar vidas”, acrescentou.

Por sua vez, a responsável pelo Banco de Sangue do Hospital Central de Maputo, Sandra da Glória, louvou o gesto da AMJ, que surge numa altura em que os níveis de colecta tendem a reduzir devido ao encerramento do ano lectivo.

“Estamos a precisar de sangue, não só porque estamos na época festiva, mas também porque as escolas estão encerradas e temos poucos locais para realizar as nossas campanhas. Agora só nos restam as igrejas”, referiu.

Ainda de acordo com Sandra da Glória, esta situação tem comprometido a vida de muitos doentes pois “há alguns actos médicos que podem não ser realizados devido à falta de sangue. O sangue é que deve ficar à espera do doente, e não o contrário. Não podemos correr atrás do sangue justamente no momento em que temos o doente”.

Por isso, “este gesto vai ajudar a minimizar a falta de sangue na nossa unidade sanitária e suprir algumas necessidades”, realçou Sandra da Glória, que afirmou que o HCM usa, em média, 100 unidades de sangue por dia.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

 **goste de nós no**
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Rogério Zandamela revelou que na instituição que dirige existe "muita familiaridade" e por isso foi introduzido um novo critério na admissão de novos trabalhadores: "familiares de gestores e directores para cima, até 5º grau, não podem entrar". O @Verdade apurou que pelo menos dois Administradores têm parentes e o antigo Governador empregou a filha e um sobrinho.
<http://www.verdade.co.mz/nacional/69658>



 **Ei6E** Nossos legisladores "viajam" maningue pah · 6 dia(s)

 **Lutcho Tobias Torres Bene** Isso é papo para boi dormir, nos ja sabemos do vosso jogo sujo. · 6 dia(s)

 **Dénio Olimpio Elias Aguiar** Nem fazem entrevistas so dia seguinte ta trabalhar pocha varre zandamela · 6 dia(s)

 **César Jr.** Nepotismo em alta1 · 6 dia(s)

 **Henriquem Mabasso** Normal boss · 6 dia(s)

 **Ilidio Feliciano** YA MOZ É ASSIM MESMO, DIVULGAM 24 vagas de emprego, 22 vagas sao dos familiares dos trabalhadores da mesma instituição e duas vagas sao dos que pagaram PRA entrar e voce pobre vai trabalhar a onde? Vai plantar batata! E ainda votam na Frelimo, PRA cegos sim! · 6 dia(s)

 **Felix Vicente** Boa medida, mas um pouco paradoxo: filho do peixe, peixinho é. Se sou um físico, a probabilidade do meu descendente ser físico é maior.

Só que esta medida, para mim, é boa, só peca por uma coisa: a obrigação de ostentar o cartão vermelho. Se não cartão, o teu mérito vai para o lixo. A luta mesmo é entre a meritocracia vs partido frelimo. · 6 dia(s)

 **Jaguarivo Da Ester Jahar** Todas instituições publicas estão na mesma situação, e difícil teres que concorrer uma vaga com um preguiçoso que não se esforça em nada e tem garantia de estar dentro pode se ver isso em empresas que estão a envelhecer junto com o seu pessoal · 6 dia(s)

 **Edmilson Adolfo** Em Moçambique cria-se leis e regras maravilhosamente aplausíveis, contudo, não há quem faça-os sentir ou cumprir... · 6 dia(s)

 **Nando Ivo** Eu já ouvi da boca de um gestor sénior dos CFM, que a empresa devia admitir apenas filhos de ferroviários, pois, têm a sensibilidade do que é Caminhos de ferro, uma vez que nasceram e cresceram a ouvir dos pais ou de um dos progenitores a história da empresa! Um absurdo total. Só não foi por mim vaiado, pois, tratava-se de meu superior hierárquico. Ainda é possível reverter este cenário, mas nota-se a

ignorância e falta de vontade de muitos indivíduos. Quo vadis Moçambique? · 6 dia(s)

 **João Mindo II** Nando Ivo Filho da puta desse tal Gestor. Então, por esse pensamento também nas universidades só podem ser admitidos os filhos dos docentes ou do corpo administrativo — porque cresceram a ouvir a história da instituição de seus respectivos pais. Mas que absurdo! Por isso, eu sempre digo: todos eases velhos que estão poder (na gestão da coisa pública) devem morrer para que este país possa respirar... · 6 dia(s)

 **Kaiky Kantuleny Joh** Indiretamente assumimos que ha nepotismo nas instituições. Se a vaga não for oferecida a um familiar então o candidato deve pagar Nelo Ola. Assumimos que fora do nepotismo em que se atribui vaga a familiares a corrupção é a outra chave de entrada. O chefe assumiu. Não basta informar nos. Nós já sabemos, e isso nao é novidade nem para o cego nem para o surdo. queremos ver acoes concretas tanto no banco como noutros cantos. 1000 pessoas da mesma familia tem emprego de luxo e noutra de igual numero ninguém trabalha. · 6 dia(s)

 **Justino Manhique** Isso está enraizado aqui, nem nos proximos 300 anos vai acabar. · 6 dia(s)

 **Misa Gonzaga** Se o processo de selecção fosse transparente, não havia necessidade dessa "norma" restritiva, pois cada um iria se candidatar e ser apurado de acordo com as suas capacidades. Mas, impedir os membros de uma família de seguirem seus sonhos porque o

seu familiar já está lá, é mesmo caricato.... · 6 dia(s)

 **Felix Vicente Misa Gonzaga** ate porque muitas vezes, filho do peixe peixinho é. Se meu pai é um grande matemático, a probabilidade de eu vir a ser matemático no futuro é maior. · 6 dia(s)

 **Baltazar Mabunda Misa ate** chegar esse ponto e pk o governador Ja percebeu k todos familiares foram selecionados com transparencia. · 6 dia(s)

 **Samuel Bombi** O problema é que não há meritocracia, só entram · 6 dia(s)

 **Claudio Lombene** Bem haja esta ofensiva organizacional · 6 dia(s)

 **Al Moosha Muchamore Muchanga** E Uma pratica enraizada em todas instituicoes e existem aquelas que Sao consideradas dos Machavas ou Matolas por counter Uma percentagem consideravel de individuos com o mesmo sobrenome · 6 dia(s)

 **Wailangalilaunganditenhi Muchanga** Começa contigo e conosco. Eu não tenho nenhum familiar pode me arranjar uma vaga aí? · 6 dia(s)

 **Loforte Chilaule** E os únicos publicados nos jornais? Perdemos tempo e dinheiro em tratar tanta documentação para nada. · 6 dia(s)

 **Mauaie Aluísio Armando** Em todas instituições tem sido assim. Digo todas. · 6 dia(s)

 **Albino Francisco Fumo** Infelizmente, na Autoridade Tributária

também é assim... Mas esse tipo de coisas não se combate apenas com discursos vazios. · 6 dia(s)

 **Edy Mate** Albino Francisco Fumo Fumo acho que na AT é pior 2 · 6 dia(s)

 **Dulce Sítioe** Agora, falta fazer valer esta norma... · 6 dia(s)

 **Nando Ivo** Alguém vem fazer isto nos Caminhos de ferro de Moçambique, por favor! Nós outros não temos oportunidades dentro da empresa, por conta deste tipo de práticas. · 6 dia(s)

 **Lídia Naharipo** Nando Ivo Não só nos Caminhos de ferro, isso gira quase em todas instituições. · 6 dia(s)

 **Calisto Constantino Aurelio** Isso está instalado em quase toda função pública e instituições do estado sobretudo · 6 dia(s)

 **Tal de Sabonete** Espero que assim seja, pois nós que não temos familiares que detém poder, não conseguimos entrar uma vez que tem dado prioridade aos familiares. Se todas instituições implantasse essa regra, seria muito bom. · 6 dia(s)

 **Arsénio Jorge** Toda função pública vive este triste cenário. · 5 dia(s)

 **Binho Beijos Molhados** Muitos estamos sem emprego por causa desses que né tem vocação pra esses cargos filhos da mãe · 6 dia(s)

 **Faruque Abasse** Deveria ser extensiva ao Governo a todos os níveis. · 6 dia(s)

Desporto

Ferrováriário de Maputo apura-se para 1ª "champions" de basquetebol em masculinos

O Ferrováriário de Maputo apurou-se neste domingo (22) para a 1ª Liga dos Campeões Africanos em basquetebol sénior masculinos derrotando o City Oilers do Uganda, em jogo de atribuição do 3º lugar da ELITE 16 da Região Este do continente. Alvaro Maso e Orlando Novela foram decisivos na vitória dos "locomotivas" por 57-74 pontos.

Texto: Redacção

Claramente atordoados com a derrota na meia-final, para o campeão de Madagáscar, a equipa de Milagre Macome viu os ugandeses abrirem o placar na Arena de Kigali e construírem uma vantagem de 7 pontos antes de empatarem o jogo a 16 pontos.

O City Oilers voltou a adiantar-se no marcador no início do 2º período e, depois de alguma réplica dos moçambicanos, dilatou a liderança e saiu para o intervalo a vencer por 33 a 29 pontos.

Alvaro Maso assumiu o comando dos "locomotivas" abrindo as hostilidades no 3º período com uma "bomba", o espanhol encestou 20 pontos, conquistou 8 ressaltos, 5 roubos e fez 3 assistências. Octávio Magoliço deu a primeira vantagem à equipa moçambicana que acabou vencendo



o parcial por 48-52 pontos.

Uma "bomba" de David Canivete

Jr. no início do 4º período fez os "ferrováriários" acreditarem, aceleraram o ritmo do jogo e foram

alargando a vantagem até a carimbarem o passaporte para a "champions". Orlando Novela terminou a partida com 14 pontos, 5 ressaltos, 8 roubos e 4 assistências.

A prova que decorreu no Ruanda foi conquistada pelos anfitriões do Patriots que na final venceram o GNBC.

O Ferrováriário de Maputo junta-se ao AS Douanes do Senegal, ao AS Police do Mali, ao AS Sale do Marrocos, ao GNBC de Madagáscar, ao GS Petroliers da Argélia, ao FAP dos Camarões, aos Patriots do Ruanda, ao Petro de Luanda de Angola, Rivers Hoopers da Nigéria, ao Union Monastir da Tunísia e ao Zamalek do Egipto na 1ª edição da "champions" africana que começa a ser disputada em Março de 2020.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel: +258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel: +258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.